ATA REUNIÃO Nº 02/2024

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas, no Centro Administrativo Municipal desta cidade, nas dependências da sala da Secretaria Municipal de Finanças, reuniram-se os servidores Adriano Molon Toigo e Augusto César Sartori, Membros do Comitê de Investimentos do RPPS de Farroupilha, designados pela Portaria 387/2022, para a reunião mensal ordinária com as seguintes deliberações: Em discussão quanto as expectativas de mercado, os membros discorreram sobre o IPCA que apresentou desaceleração em janeiro, variando 0,42% frente a alta de 0,56% ocorrida em dezembro. Em relação a taxa básica de juros, o COPOM promoveu o quinto corte consecutivo da taxa Selic na reunião realizada em janeiro, reduzindo a taxa em 0,5 ponto percentual, passando de 11,75% para 11,25% ao ano. Em análise da performance dos fundos no mês de janeiro, a renda fixa foi impactada pelas incertezas advindas dos cenários externo e interno, com os investidores reavaliando os riscos das opções de maior prazo, principalmente dos títulos indexados à inflação. De maneira análoga ao segmente de renda fixa, a renda variável, após encerrar 2023 em alta, voltou a registrar prejuízo no começo de 2024 motivado por uma forte saída líquida de recursos estrangeiros do país. Do ponto de vista externo, o principal fator que corroborou o resultado negativo adveio da política de juros norte americana. A robustez do mercado de trabalho associada à resiliência inflacionária mais uma vez postergou a expectativa de redução dos juros, frustrando as previsões mais otimistas que indicavam um possível início do ciclo de queda ainda no primeiro trimestre do ano. Em adição, o acirramento das tensões no Oriente Médio, com a respectiva extensão geopolítica do conflito entre Israel e Hamas, também tem ligado o alerta do investidor estrangeiro. No tocante ao cenário doméstico, as incertezas acerca do cenário fiscal voltaram a influenciar negativamente os investimentos em ações. O descompasso entre Governo e Congresso nas discussões sobre a continuidade (ou não) da desoneração da folha de pagamentos reacendeu as incertezas quanto ao novo arcabouço fiscal, cujo aumento do gasto público obrigatoriamente precisa estar amparado em aumento de receita. O déficit público contabilizado em 2023 atingiu a expressiva marca de R$ 249,1 bilhões, pior resultado desde 2020, ano caracterizado pelo ápice da pandemia do Covid-19. As aplicações dos fundos de investimento encontram-se devidamente enquadrados conforme a Política de Investimento de 2024. De posse das informações recebidas e da discussão sobre o atual cenário econômico e político ficou definido pelo Comitê que será mantida a cautela, utilizando ativos com menor volatilidade (IDKA2, IRF-M1 e DI) para as despesas. Para ativos de médio prazo (IMA-Geral, IMA-B5), prefixados (IRF-M) e fundos de renda fixa de gestão ativa, o fechamento da curva de juros no curto prazo tem apontado para oportunidades que permitem um alongamento da carteira com leve aumento de risco. Também vislumbramos os ativos de maior risco (IMA-B, IRF-M1+ e IMA-B5+) porém através de entradas graduais diante das incertezas e de um "clareamento" sobre a política monetário dos EUA e a condução fiscal brasileira. Em relação a renda variável continuamos abertos a investimentos, desde que a escolha do ativo doméstico seja bem avaliada e a entrada realizada de forma gradativa. Sempre considerando, de forma geral, a distribuição das alocações e as expectativas oriundas do mercado, ao mesmo tempo em que preservem a manutenção da rentabilidade e a liquidez da carteira de investimentos. Nada mais havendo a constar, encerra-se a presente ata que segue assinada pelos presentes.

Augusto Sartori